

ATA NÚMERO 235/XII/4.ª SL

24.fevereiro.2015 – 15h00

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Relatório de execução da Resolução n.º 87/XII/2014 – Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

- **Apreciação e votação**
- **Deputada Relatora:** Nilza de Sena - PSD

5. Petição n.º 468/XII/4ª da iniciativa de Carla Silva Figueira, “Colocação por via de concurso nacional e nos termos da lei, dos docentes para exercício de funções na Intervenção Precoce na Infância”.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado relator:** CDS-PP

6. Petição n.º 469/XII/4ª da iniciativa de Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Maia Alteração dos rácios de auxiliares de ação educativa nas escolas

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado relator:** PSD

7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO relativa ao estatuto de observador para a União Europeia no Centro Internacional de radiação sincrotrónica para ciência experimental e aplicações no Médio Oriente (Synchrotron-light for Experimental Science and Applications in the Middle East) (SESAME) - **COM (2015) 65**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer:** PCP

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do Ministro da Educação e Ciência sobre o encerramento por falta de condições de segurança de várias salas do Conservatório Nacional.

- **Análise e votação**

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, para que preste esclarecimentos sobre as afirmações por si proferidas acerca das de fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a associações desportivas e clubes no centro do país, tendo nestas sido identificadas inúmeras situações de ilegalidade.

- **Análise e votação**

10. Plano de atividades do Grupo de Trabalho da Ciência para a 4ª sessão legislativa

- **Apreciação**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

4 de março de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

2. Aprovação de ata

As atas n.ºs 233 e 234, relativas às reuniões da Comissão de 11 e 17 de fevereiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente deu conta de que, encontrando-se por agendar duas das audições regimentais do Secretário de Estado da Cultura, para a presente Sessão Legislativa, foram propostas as datas de 28 de abril e 23 de junho.

Tendo a Sra. Deputada Elza Pais (PS) referido que se encontra prevista a realização de uma iniciativa no âmbito da Ciência, no dia 27 de abril, no Porto, o Sr. Presidente transmitiu que seria proposto ao gabinete do Senhor Secretário de Estado o adiamento para o dia 29 de abril, da parte da manhã, ou para outro dia que se considere adequado.

3.2. Recordou que se encontra agendada, para 11 de março, das 10h00 às 12h00, uma visita da Comissão à Escola de Música do Conservatório Nacional, tendo transmitido que se encontram inscritos, para além do próprio, os Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Manuela Tender (PSD), Rita Rato (PCP), Catarina Martins (BE) e Odete João (PS), ficando as deslocações a cargo dos Srs. Deputados.

3.3. Deu ainda conta da realização, no dia seguinte, 25 de fevereiro, a partir das 09h30, no auditório do Novo Edifício, da audição pública “Reflexão sobre os currículos da escolaridade obrigatória”, uma iniciativa organizada pelo Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário. Encontram-se inscritas 130 pessoas e foram recebidos 17 contributos, que se encontram disponíveis na página internet da Comissão.

3.4. Foram apreciados os relatórios das audições/audiências abaixo, não se tendo registado quaisquer observações em relação aos mesmos:

- Audiência aos representantes da Assembleia de Freguesia de Caldelas, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial;
- Audição da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, pelo Grupo de Trabalho do Desporto;
- Audição da Federação Portuguesa de Badminton, pelo Grupo de Trabalho do Desporto;
- Audição do Conselho de Escolas, pelo Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar.

4. Relatório de execução da [Resolução n.º 87/XII/2014](#) – Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

Na ausência da Sra. Deputada Relatora, Nilza de Sena (PSD), o relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD), que começou por referir que o documento integrou uma parte do apresentado anteriormente pela Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP), com a respetiva anuência. Referiu-se ainda ao esforço efetuado, no sentido de o documento reunir consenso, pelo que disse esperar que os Grupos Parlamentares possam rever-se no mesmo.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) confirmou o assentimento relativamente à utilização de partes do seu relatório, considerando, no entanto, que o atual relatório não merece consenso por parte do PCP, pelo

que votará contra e entregará uma declaração de voto, com as devidas fundamentações. Terminou, afirmando que o relatório não traduz as preocupações apresentadas pelas entidades ouvidas e não aponta recomendações, como prevê a Resolução.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) considerou que a visão analítica e crítica espelhada nas conclusões do relatório não corresponde ao posicionamento ideológico do PS, centrado na pessoa humana e no respeito pela sua dignidade. Acrescentou que a política de natalidade não deve ser pensada de forma setorial, devendo antes ser entendida num quadro mais global das políticas de família. Considerou ainda que o relatório é omissivo no que se refere às questões da ciência e da juventude e anunciou a entrega de uma declaração de voto do PS, com a indicação das respetivas reservas.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) disse concordar que as políticas de apoio à família não podem ser analisadas sectorialmente, lembrando, no entanto, que a Resolução solicitava uma análise nas áreas específicas de cada Comissão. Referiu que algumas das questões apontadas, nomeadamente no que se refere a dados estatísticos, dizem respeito à visão da OCDE, não pretendendo o relatório refletir o posicionamento do PSD. Reafirmou ter existido a preocupação de o relatório não causar desconforto a nenhum Grupo Parlamentar.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, o voto contra do PCP e a abstenção do PS e do BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

5. [Petição n.º 468/XII/4ª](#) da iniciativa de Carla Silva Figueira, “Colocação por via de concurso nacional e nos termos da lei, dos docentes para exercício de funções na Intervenção Precoce na Infância”.

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabendo ao CDS-PP a indicação do relator, foi designada a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira.

6. [Petição n.º 469/XII/4ª](#) da iniciativa de Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Maia Alteração dos rácios de auxiliares de ação educativa nas escolas

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabendo ao PSD a indicação do relator, foi designada a Sra. Deputada Emília Santos.

7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO relativa ao estatuto de observador para a União Europeia no Centro Internacional de radiação sincrotrónica para ciência experimental e aplicações no Médio Oriente (Synchrotron-light for Experimental Science and Applications in the Middle East) (SESAME) - **COM (2015) 65**

Por proposta da Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que referiu tratar-se de uma iniciativa não legislativa, cuja matéria não é relevante, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio desta iniciativa.

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do **Ministro da Educação e Ciência** sobre o encerramento por falta de condições de segurança de várias salas do Conservatório Nacional.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, lembrando que este assunto foi já trazido à discussão anteriormente, sem que o problema tenha sido resolvido, e que a Assembleia da República não pode ignorar o que se está a passar no Conservatório Nacional, dada a gravidade da situação.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse acompanhar o conteúdo do requerimento, por entender que a degradação do edifício é notória e que a inércia do Estado não é aceitável. Fez uma breve síntese do processo desta escola, que esteve sinalizada pela Parque escolar, e concluiu, considerando fundamental que o Ministro da Educação e Ciência explique como foi possível chegar a este ponto, tratando-se de um património respeitável, com uma enorme tradição e que tem desempenhado um papel decisivo na cultura portuguesa.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) começou por recordar que o PSD votou favoravelmente um [Projeto de Resolução do PCP](#) sobre esta matéria, por entender que se trata de uma questão importante e

que urge resolver. Afirmou que os problemas do Conservatório não são de agora, remontando a colocação de estacas a 1995. Referiu que estas obras não constituíram uma prioridade da Parque Escolar e considerou que a Câmara Municipal de Lisboa poderia ter acelerado o processo, mas não o fez. Terminou, afirmando que o Ministério da Educação e Ciência está a diligenciar no sentido da resolução urgente do problema, entendendo não se justificar a audição do Governo, tendo também em conta que os Grupos Parlamentares tiveram oportunidade de questionar o Ministro sobre esta questão na recente audição, na Comissão.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) lamentou que esta matéria não seja consensual e afirmou que a preocupação do PS sobre esta questão tem sido constante. Referiu que o projeto inicial era megalómano e que havia a preocupação de salvaguarda do património e terminou, afirmando que o Ministro da Educação e Ciência revelou desconhecer o problema, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2015.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) disse acompanhar o requerimento do BE, por entender que se justifica ouvir o Governo sobre um problema que se arrasta há anos e que tem consequências no dia-a-dia da escola e dos alunos. Lembrou que o Projeto de Resolução do PCP foi aprovado por unanimidade, tendo, no entanto, sido rejeitada a proposta de verba apresentada pelo PCP, em sede de Orçamento do Estado para 2015, até pelo próprio PS. Concluiu, defendendo que a Escola não deve ser intervencionada pela Parque Escolar, dado o perigo de privatização, e que se deve encontrar uma solução urgente, tendo em conta o património envolvido.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) sublinhou que um património não se degrada em apenas três anos e afirmou que as opções do anterior Governo são diferentes das do atual. Afirmou que foi já autorizada a verba para a realização das obras, pelo que considerou não se justificar a audição do Governo.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) reafirmou que a situação é grave e chamou a atenção para a necessidade de se conhecerem as soluções e as respostas concretas sobre a situação do Conservatório.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) referiu que iria verificar o sentido de voto do PS, em relação à proposta do PCP, reafirmando a necessidade urgente de realização das obras.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP, os votos favoráveis do PS, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, para que preste esclarecimentos sobre as afirmações por si proferidas acerca das de fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a associações desportivas e clubes no centro do país, tendo nestas sido identificadas inúmeras situações de ilegalidade.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) apresentou o requerimento, sublinhando a importância de se ouvir o Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, para se perceber a natureza das investigações, a situação concreta em que se encontram os jogadores e ainda a dimensão do problema.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) referiu-se à importância de perceber a dimensão do problema, entendendo, no entanto, que existem questões associadas à apresentada no requerimento que deveriam ser objeto de análise também. Assim, propôs a audição da Federação Portuguesa de Futebol, relativamente às alterações em curso tendentes a resolver estes problemas.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) manifestou o seu apoio ao requerimento apresentado pelo PS.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) sugeriu que se alargasse o âmbito da discussão ao incumprimento do pagamento dos salários aos jogadores.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) considerou que a questão do requerimento é suficientemente forte e sensível para merecer um tratamento cuidadoso do Parlamento, sugerindo que a Comissão se ativesse à proposta apresentada no requerimento. Sugeriu ainda que a Comissão proceda à audição do Sindicato e pondere, posteriormente, a audição de outras entidades, incluindo a Federação Portuguesa de Futebol, com a qual concorda.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) considerou que a Federação Portuguesa de Futebol deve ser ouvida após o Sindicato e que deve ser ponderada a audição de outras entidades posteriormente.

Submetido a votação, o requerimento do PS foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Tendo sido consensualizada a votação do requerimento oral apresentado pelo PSD, foi o mesmo igualmente aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

10. Plano de atividades do Grupo de Trabalho da Ciência para a 4.ª sessão legislativa

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) solicitou o adiamento deste ponto para a reunião seguinte da Comissão, dada a ausência, por motivos de doença, da Sra. Deputada Nilza de Sena, que é quem, por parte do PSD, tem acompanhado esta matéria.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) considerou existirem condições para a apreciação do Plano de Atividades, chamando a atenção para os sucessivos adiamentos de que tem sido alvo e ainda para o facto de as datas previstas poderem ficar prejudicadas.

A apreciação deste ponto ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

12. Data da próxima reunião

4 de março de 2015

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Helóisa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Adelaide Canastro
Agostinho Santa
António Cardoso
Catarina Martins
Diana Ferreira
Emília Santos
Jacinto Serrão
Laurentino Dias
Maria Manuela Tender
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Prata